

Cisão na Oposição avia manifesto da Constituinte

ANC 88
Pasta 80/81
095/1980

BRASILIA (O GLOBO) — As divergências entre os partidos de oposição impediram, ontem, o lançamento de um manifesto em defesa da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. O Partido Popular, alegando a necessidade de consultar suas bases, negou sua assinatura, frustrando o ato solene do lançamento do manifesto.

A entrevista coletiva dos presidentes do PMDB, PDT e PP não foi realizada. Em seu lugar, o primeiro vice-presidente do PDT, ex-deputado Doutel de Andrade e o líder do partido, Alceu Collares; o líder do PMDB, Freitas Nobre; e o vice-líder do PP, Antônio Mariz, falaram à imprensa, visivelmente constrangidos.

Hoje, em plenário, representantes dos três partidos discursarão em defesa da Constituinte, tendo como "subsídio" o "Manifesto à Nação" que seria lançado ontem.

DESENTENDIMENTO

Logo pela manhã, o ex-governador Leonel Brizola comunicou à liderança do seu partido que não poderia ir a Brasília em virtude de sua mulher, dona Neusa, estar hospitalizada. E designou Doutel de Andrade para representá-lo no lançamento da campanha conjunta pela Constituinte.

A ausência de Brizola não suspenderia o ato, segundo seus organizadores. Mas o presidente do PP, senador Tancredo Neves, viajou para Belo Horizonte, ao mesmo tempo em que o líder do Partido na Câmara, deputado Thales Ramalho, se recusava a assinar o manifesto.

A recusa do PP provocou grande agitação entre os dirigentes do PMDB e do PDT que, sem êxito, tentaram contornar a situação. Tancredo deixou como seu representante, caso o ato solene fosse realizado, o deputado João Menezes (PA), o que desagradou aos demais partidos oposicionistas, que consideraram essa designação um gesto claro de esvaziamento da campanha pela Constituinte.

Após intensas negociações, foi improvisada uma entrevista, no Comitê de Imprensa da Câmara.

A ENTREVISTA

Freitas Nobre iniciou a entrevista esclarecendo que seu objetivo era dar início ao trabalho parlamentar e partidário das oposições em defesa da convocação da Constituinte.

O líder do PMDB justificou a não divulgação do documento pela "falta de tempo do PP em consultar suas bases".

Em seguida, Antônio Mariz explicou que seu partido está basicamente de acordo com o documento e engajado na campanha pela Constituinte e recusou a

acusação de que só o PP não assinou o manifesto: "Nenhum dos partidos assinou".

Doutel de Andrade o interrompeu: "Nós concordamos com a totalidade do documento e o assinaremos a qualquer momento. Agora, inclusive."

— E que o PP — retrucou Mariz — são necessárias consultas. E elas ainda não foram concluídas. Pessoalmente, concordo totalmente com o documento.

À esta altura, a confusão entre os entrevistados era total, com todos falando ao mesmo tempo. Alceu Collares, tentando restabelecer a ordem, pediu a palavra: "A verdade é que não foi possível encontrar um denominador comum. Vamos prosseguir perseguindo nosso objetivo, que é uma posição comum em relação à Constituinte".

— Tenho a convicção — completou Mariz — de que nós vamos fazer ainda um documento comum em defesa da Constituinte.

As divergências entre os três partidos oposicionistas não se limitaram, contudo, ao documento. Eles têm também visões distintas em relação à convocação da Constituinte.

Antônio Mariz, por exemplo, afirmou que seu partido defende uma Constituinte convocada pelo presidente João Figueiredo. E acrescentou: "Ou ele convoca ou a alternativa seria um golpe de Estado, o que não queremos e no qual nem acreditamos".

A seu lado, Alceu Collares informou que o PDT não aceita uma Constituinte com o presidente João Figueiredo, porque não admite qualquer tipo de entendimento com o sistema.

Segundo Collares, "a Constituinte será convocada pelo povo brasileiro, através de uma grande mobilização de todos os setores da sociedade".

Já Freitas Nobre disse que o PMDB não indaga se a Constituinte "será ou não com João, mas exige que ela seja livre na sua constituição e soberana nas suas decisões".

O MANIFESTO

Redigido pelo deputado Heitor Alencar Furtado, do PMDB, e pelo professor Paulo Timm, do PDT, já que o PP não indicou representante para a comissão de redação, o manifesto oposicionista inicia com uma crítica à prorrogação dos mandatos municipais. Depois, menciona "a crise econômica e social, com o País dominado pelas multinacionais, ameaçado de passar à humilhante e inaceitável tutela do Fundo Monetário Internacional".

O documento afirma ainda que "o feijão, a carne e o leite desapareceram da mesa do trabalhador e no campo cresce assustadoramente a legião dos famintos". Ao defender a necessidade de convocação de uma Constituinte, o manifesto fala num "pacto histórico" capaz de unir as forças vivas da nacionalidade na conquista do estado de Direito.

Magalhães: Convocação deve partir do Governo

BRASILIA (O GLOBO) — O presidente de honra do PP, deputado Magalhães Pinto, disse ontem que o seu partido defenderá a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte desde que a iniciativa parta do Governo.

— Convocada pelas oposições, seria um golpe de estado, significando que o Governo teria perdido as rédeas do poder, esclareceu.

Magalhães Pinto exortou o Governo a tomar a iniciativa dessa convocação, "compreendendo que a Constituinte representa uma aspraça do País".

— Realmente, o País precisa de uma Constituição mais de acordo com a situação atual, concluiu.

CONCENTRAÇÃO

O PMDB de Pernambuco promoverá, de hoje até domingo próximo, cinco concentrações públicas em diferentes regiões do Estado, na campanha pela convocação da Constituinte. O presidente regional do partido, Jarbas Vasconcelos, acrescentou que os atos públicos se realizarão em Petrolina, Guaranhuns, Cabo, Paulista e Olinda, com a presença de parlamentares oposicionistas.

Em Petrolina, no sertão pernambucano, a concentração está sendo organizada pelo padre Mansueto de Lavor, deputado estadual pelo PMDB, e incluirá a participação de dois repentistas, que defenderão a necessidade de uma Constituinte com versos de improviso.

Em Guaranhuns, estarão presentes os deputados federais Marcondes Gadelha e Odacir Klein, ambos candidatos à liderança do partido na Câmara.

PARTIDOS

O deputado Rubi Diehl, do PDS gaúcho, criticou as manifestações de empresários, especialmente de São Paulo, no sentido de defenderem sua participação no processo decisório do Governo, ao mesmo tempo em que — afirmou — não se dispõem a ingressar em partidos políticos.

— Pretender a negociação direta tangenciando os partidos equivale a usurpar as funções destes — disse.

O parlamentar considera que "cada homem e cada mulher, independente da categoria profissional a que pertença, deve fazer sua opção e militância partidária".